



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Ituiutaba

Parecer Técnico IEF/NAR ITUIUTABA nº. 23/2025

Belo Horizonte, 10 de junho de 2025.

## PARECER ÚNICO

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Norival Alves Santos

Endereço: Avenida Vinte e Um, nº 1.017

Município: ITUIUTABA

UF: MG

Telefone: (34) 9-9973-4454

E-mail: aliladmsantos@hotmail.com

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

( x ) Sim, ir para item 3 ( ) Não, ir para item 2

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:

Endereço:

Município:

UF:

Telefone:

E-mail:

## 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Campo Alegre LD Titan

Registro nº: 29.472 e 29.473

Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR):

MG-3134202-6EA7.B225.486F.4947.8DCA.F7ED.82DF.AE11

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade
SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA (DESMATE)	9,91
CORTE DE ÁRVORE ISOLADA	0 1

## 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA (DESMATE)	9,91	HA
CORTE DE ÁRVORE ISOLADA	01	UNIDADE

## 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação
AGRICULTURA	AMPLIAR AS ÁREAS DE AGRICULTURA DA PROPRIEDADE
PECUÁRIA	CORTE DE ÁRVORE ISOLADA EM ÁREA DE PASTAGEM

## 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio (quantidade)
CERRADO (Mapa de Biomas de 2006)	CERRADO	
CERRADO	CORTE DE ÁRVORE ISOLADA EM ÁREA DE PASTAGEM	

## 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação
LENHA	
MADEIRA	

## 1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 03/06/2025

Data da vistoria: 06/06/2025

Data de solicitação de informações complementares: [se for o caso]

Data do recebimento de informações complementares: [se for o caso]

Data de emissão do parecer técnico: 10/06/2025

## 2. OBJETIVO

O EMPREENDEDOR TEM COMO OBJETIVO A INTERVENÇÃO AMBIENTAL (SUPRESSÃO) EM UMA ÁREA DE 9,91HA DE VEGETAÇÃO NATIVA DE CERRADO PARA AMPLIAR AS ÁREAS DE AGRICULTURA DE SUA PROPRIEDADE E REALIZAR O CORTE DE 01 IPÊ AMARELO NA PASTAGEM (PECUÁRIA).

### 3.CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENDIMENTO

#### 3.1 Imóvel rural:

FAZENDA CAMPO ALEGRE LD TITAN (ENCONTRA-SE LOCALIZADA NA REGIÃO DO CAMPO ALEGRE), MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG COM ÁREA TOTAL DE 110,8648 HA O QUAL CORRESPONDE A 3,7 MÓDULOS FISCAIS. O EMPREENDIMENTO ENCONTRA-SE NO BIOMA CERRADO (MAPA DE BIOMAS DE 2006) E O MUNICÍPIO POSSUI 20,77% DE COBERTURA DE VEGETAÇÃO NATIVA.

#### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3134202-6EA7.B225.486F.4947.8DCA.F7ED.82DF.AE11

- Área total: 110,7806ha [área total indicada no CAR]

- Área de reserva legal: 24,9383ha [área de RL indicada no CAR]

- Área de preservação permanente: 7,1489ha [área de APP indicada no CAR]

- Área de uso antrópico consolidado: 67,1909ha [área de uso consolidado indicada no CAR]

- Qual a situação da área de reserva legal: [Informar a área da opção assinalada, podendo ser informada mais de uma opção]

(X) A área está preservada: 22,18ha (CONFORME PLANTA TOPOGRÁFICA)

( ) A área está em recuperação: 0ha

( ) A área deverá ser recuperada: 0ha

- Formalização da reserva legal:

( ) Proposta no CAR (X) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento:

Averbação atual:

Mat 29.472 - AT: 12,7986 - AV-38 com 2,56 ha em gleba única, sendo 1,68 de cerrado, 0,59 em APP nativa 0,13 em APP brejo e 0,16 em pastagem a regenerar

Mat 29.473 - AT: 98,0662 - Av-8 com 19,62 ha em gleba única de cerrado nativo

Recaracterização sendo feita através do processo SEI nº 2100.01.0018791/2025-50

Mat 29.472 - 1,75 ha de cerrado nativo e 0,81 ha compensado na matrícula 29.473

Mat 29.473 - 19,62 ha em duas glebas (14,82 e 4,80) de cerrado nativo

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 03FRAGMENTOS

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR divergem da planta topográfica e averbação da reserva legal, devendo ser retificado. Ressalta-se que a reserva legal do imóvel atende os parâmetros estabelecidos na legislação sem uso da área de preservação permanente no cômputo. A retificação do CAR será condicionada

### 4.INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

FOI REQUERIDA PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL (SUPRESSÃO) UMA ÁREA DE 9,91HA E TAMBÉM, O CORTE DE 01 ÁRVORE (IPÊ AMARELO) EM 0,1HA DE ÁREA DE PASTAGEM, ESPÉCIE PROTEGIDA PELA LEI 9.743/1988 A QUAL DEVERÁ SER COMPENSADA COM PLANTIO DE MUDAS NATIVAS NA PROPORÇÃO DE 1 PARA 5 PARA IPÊ AMARELO. O PIA APRESENTADO E A VISTORIA NO LOCAL ATESTARAM QUE SE TRATA DE UMA ÁREA DE 9,91HA COM VEGETAÇÃO NATIVA DE CERRADO E UMA PASTAGEM COM 0,1HA ONDE REQUER O CORTE DE 01 IPÊ AMARELO. O RENDIMENTO MÉDIO ESTIMADO É DE 37,33M³/HA. NÃO FOI NECESSÁRIO INVENTÁRIO FLORESTAL, DEVIDO A ÁREA REQUERIDA DE MENOR QUE 10 HA. FOI APRESENTADO O PIA. SEGUINDO AS DIRETRIZES DA RESOLUÇÃO CONJUNTA IEF/SEMAD Nº 3102/2021. NA VISTORIA IN LOCO CONFIRMAMOS AS INFORMAÇÕES REQUERIDAS. ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO OU PROTEGIDAS POR LEGISLAÇÃO PRÓPRIA, CASO OCORRAM NA ÁREA DE SUPRESSÃO, DEVEM SER PRESERVADAS.

Taxa de Expediente (SUPRESSÃO): R\$ 741,15 DAE 1401356637264 PAGO EM 21/05/2025

Taxa de Expediente (CORTE DE ÁRVORE): R\$ 691,38 DAE 1401356637345 PAGO EM 21/05/2025

Taxa florestal LENHA: R\$ 2.868,93 DAE 2901356637459 PAGO EM 22/05/2025

Taxa florestal MADEIRA: R\$ 258,57 DAE 2901356637521 PAGO EM 21/05/2025

#### 5.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: BAIXA

- Prioridade para conservação da flora: MUITO BAIXA

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: NÃO HÁ RESTRIÇÃO

- Unidade de conservação: A ÁREA ENCONTRA-SE LOCALIZADA NA ZONA DE AMORTECIMENTO DO RVS DOS RIOS TIJUCO E DA PRATA.

- Áreas indígenas ou quilombolas: NÃO

- Outras restrições: NÃO

#### 5.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: PECUÁRIA E AGRICULTURA

- Atividades licenciadas: CULTURAS ANUAIS, SEMIPERENES E PERENES, SILVICULTURA E CULTIVOS AGROSSILVIPASTORIS, EXCETO HORTICULTURA

- Classe do empreendimento: 0

- Critério locacional: 1

- Modalidade de licenciamento: NÃO PASSÍVEL

- Número do documento: DISPENSADO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL POR NÃO ATINGIR OS PARÂMETROS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NA DN 217/17

### 5.3 Vistoria realizada:

VISTORIA REALIZADA EM 06/06/2025 ACOMPANHADO POR JOSÉ MARIA CASTRO JUNIOR. FOI OBSERVADO QUE A ÁREA ORA PLEITEADA ENCONTRA-SE COM VEGETAÇÃO NATIVA DE CERRADO E TAMBÉM O CORTE DE 01 ÁRVORE (IPÊ AMARELO), CONFORME MENCIONADO NO PIA. A PRINCIPAL ATIVIDADE NESTA PROPRIEDADE É A AGRICULTURA E A PECUÁRIA.

O ÍNDICE DE ANTROPIZAÇÃO APÓS A SUPRESSÃO SERÁ DE 66,85%. A ÁREA SUBUTILIZADA COM 9,91HA ESTÁ SENDO SOLICITADA PARA EXPLORAÇÃO.

#### 5.3.1 Características físicas:

- Topografia: PLANA E LEVEMENTE ONDULADA

- Solo: LATOSSOLO VERMELHO DISTRÓFICO (ARGILO-ARENOSO)

- Hidrografia: A APP DA PROPRIEDADE POSSUI 11,5 HA, SENDO: 7,43HA PRESERVADOS, 3,54HA DE VEREDA E 0,53HA DE REPRESA. A PROPRIEDADE É BANHADA PELO Córrego do Lobo, PERTENCENTE A MICROBACIA DO RIO TIJUCO E BACIA HIDROGRÁFICA FEDERAL DO RIO PARANAÍBA.

#### 5.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: CONFORME PIA, A PROPRIEDADE APRESENTA VEGETAÇÕES DE CERRADO. BIOMA CERRADO.

- Fauna: É COMPOSTA DE ANIMAIS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE. VIMOS NA VISTORIA SERIEMA. NÃO IDENTIFICAMOS NO MOMENTO DA VISTORIA ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO.

### 5.4 Alternativa técnica e locacional: NÃO SE APLICA

## 6. ANÁLISE TÉCNICA

O EMPREENDEDOR IRÁ REALIZAR SUPRESSÃO 9,91 HA DE VEGETAÇÃO NATIVA DE CERRADO, COM O INTUITO DE PREPARAR A ÁREA PARA AMPLIAR AS ÁREAS AGRICULTÁVEIS DA PROPRIEDADE E TAMBÉM, REALIZAR O CORTE DE 01 ÁRVORE (IPÊ AMARELO) ESPÉCIE PROTEGIDA PELA LEI 9.743/1988 A QUAL DEVERÁ SER COMPENSADA COM PLANTIO DE MUDAS NATIVAS NA PROPORÇÃO DE 1 PARA 5 PARA IPÊ AMARELO.

A Lei 9.743 de 1988 dispõe sobre os casos passíveis de autorização conforme abaixo:

Art. 2º A supressão do ipê amarelo só será admitida nos seguintes casos:

1. quando necessária à execução de obra, plano, atividade ou projeto de utilidade pública ou de interesse social, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente;
2. em área urbana ou distrito industrial legalmente constituído, mediante autorização do Conselho Municipal de Meio Ambiente ou, na ausência deste, do órgão ambiental estadual competente;
3. em área rural antropizada até 22 de julho de 2008 ou em pousio, quando a manutenção de espécime no local dificultar a implantação de projeto agrossilvipastoril, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente.

A supressão dos ipê amarelo exige a compensação entre 1 e 5 mudas para cada indivíduo suprimido conforme preceitua o parágrafo 1º do artigo 2º da Lei 9.743 de 1988. Sendo assim, o PTRF propõe o plantio de 05 mudas, parâmetro máximo possível.

A PROPRIEDADE APRESENTA GRAU DE VULNERABILIDADE NATURAL BAIXA, OU SEJA, É POUCO VULNERÁVEL AOS IMPACTOS ANTRÓPICOS NEGATIVOS COM A INTRODUÇÃO DO EMPREENDIMENTO, E APRESENTA GRAU DE PRIORIDADE DE CONSERVAÇÃO DA FLORA MUITO BAIXO. A ÁREA PARA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA FOI CARACTERIZADA ATRAVÉS DO PIA COMO CERRADO STRICTO SENSU, O QUE É CORROBORADO PELAS ESPÉCIES ENCONTRADAS E PELA FITOFISIONOMIA LOCAL. O RENDIMENTO VOLUMÉTRICO MÉDIO PARA A ÁREA DE SUPRESSÃO FOI DE 37,33M³ DE LENHA/HA, 5M³ DE MADEIRA PARA TODA A ÁREA DE SUPRESSÃO E 0,5M³ DE LENHA PARA A ÁRVORE DE (IPÊ AMARELO QUE SERÁ SUPRIMIDA).

A VOLUMETRIA TOTAL SERÁ DE 370,5M³ DE LENHA E 5 M³ DE MADEIRA. TODA A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA ATENDE OS REQUISITOS ESTABELECIDOS NA RESOLUÇÃO 3102/2021. CONCLUI-SE QUE A ÁREA NÃO POSSUI RESTRIÇÃO EM RELAÇÃO AO BIOMA E ECOSSISTEMA, NÃO HÁ RESTRIÇÃO DE ACORDO COM GRAU DE VULNERABILIDADE NATURAL, VALE RESSALTAR QUE A PROPRIEDADE ENCONTRA-SE NA ZONA DE AMORTECIMENTO DO RVS DOS RIOS TIJUCO E DA PRATA.

A ÁREA SOLICITADA PARA SUPRESSÃO ENCONTRA-SE NA ZONA DE AMORTECIMENTO QUE AINDA NÃO POSSUI PLANO DE MANEJO, DESTA FORMA FOI CONSIDERADO O RAIO DE 3KM A PARTIR DA LINHA DE DEMARCAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO. A RESERVA LEGAL AVERBADA NÃO FAZ USO DE APP NO CÔMPUTO, O QUE É CONDIÇÃO PARA A EVENTUAL SUPRESSÃO.

PELOS MOTIVOS APRESENTADOS E POR NÃO CONTRARIAR A LEGISLAÇÃO VIGENTE LEI 20.922/13, SOMOS FAVORÁVEIS AO DEFERIMENTO DA SUPRESSÃO DE 9,91HA DE VEGETAÇÃO NATIVA DE CERRADO E DO CORTE DE 01ÁRVORE DE IPÊ AMARELO NUMA ÁREA DE 0,1HA DE PASTAGEM ANTROPIZADA.

### 6.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

JÁ VEM SENDO REALIZADO NESTA PROPRIEDADE AS PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO DO SOLO. ALEM DA ÁREA QUE SERÁ REALIZADO A SUPRESSÃO, A PROPRIEDADE POSSUI O MÍNIMO DOS 20 % EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO EM VEGETAÇÃO NATIVA DE CERRADO, POSSUI AS ÁREAS DE APP PRESERVADAS. TAL INTERVENÇÃO NÃO CAUSARA IMPACTO SIGNIFICATIVO A FAUNA POIS OS REMANESCENTES

FLORESTAIS ENCONTRAM-SE CONECTADOS E PRÓXIMOS AS APP'S. E QUANTO AO SOLO PODERÁ SER MINIMIZADOS COM O FEITIO DE CURVAS DE NÍVEIS E BOLSÕES PARA EVITAR ASSOREAMENTOS. A ÁREA DE RESERVA LEGAL E APP DEVERÃO SER ISOLADAS E AINDA FAZER ACEIRO PARA PROTEÇÃO DAS MESMAS CONTRA FOGO.

## 7.CONTROLE PROCESSUAL

### I. Relatório:

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado pelo empreendedor **Norival Alves Santos** conforme consta nos autos, para **supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 9,91ha e corte de 1 (uma) árvore isolada nativa**, na Fazenda Campo Alegre, lugar denominado Titan, localizada no município de Ituiutaba/MG, conforme matrículas nº. 29.472 e 29.473 do SRI da Comarca de Ituiutaba/MG.

2 – A propriedade rural possui área total de 110,8648 hectares, com reserva legal devidamente averbada, preservada, e registrada no Cadastro Ambiental Rural (CAR), em conformidade com o percentual mínimo de 20% exigido pela legislação ambiental vigente. Contudo, verificou-se divergência entre os dados constantes no CAR e a planta topográfica, bem como a averbação da reserva legal nas respectivas matrículas, razão pela qual se faz necessária a retificação do referido cadastro. Ressalte-se que a reserva legal da propriedade observa os parâmetros legais, não havendo inclusão de áreas de preservação permanente (APP) para fins de cômputo.

A retificação do CAR será condicionada às adequações cadastrais correspondentes. Atualmente, constam as seguintes averbações:

**Matrícula nº 29.472** – Área total: 12,7986 ha; Averbação AV-38: 2,56 ha de reserva legal em gleba única, assim composta: 1,68 ha de cerrado nativo, 0,59 ha de APP nativa, 0,13 ha de APP brejo e 0,16 ha de pastagem em regeneração;

**Matrícula nº 29.473** – Área total: 98,0662 ha; Averbação AV-8: 19,62 ha de cerrado nativo em gleba única.

A reclassificação da reserva legal encontra-se em curso por meio do processo SEI nº 2100.01.0018791/2025-50, com os seguintes ajustes:

**Matrícula nº 29.472** – Reserva legal reconfigurada em 1,75 ha de cerrado nativo e 0,81 ha compensados na matrícula nº 29.473;

**Matrícula nº 29.473** – Total de 19,62 ha de cerrado nativo, distribuídos em duas glebas (14,82 ha e 4,80 ha).

A propriedade deverá, ainda, ser cadastrada no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (SINAFLO), conforme exigência legal.

3 – A finalidade do requerimento consiste na ampliação das áreas destinadas à atividade agrícola dentro da propriedade, bem como na autorização para supressão de um exemplar de ipê-amarelo (*Handroanthus albus*), localizado em área de pastagem utilizada para fins pecuários.

4 – As atividades desenvolvidas no empreendimento nos moldes da DN COPAM nº. 217/17 enquadram-se como não passível de licenciamento ambiental, para a atividade de “Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura”, conforme informado no requerimento de intervenção ambiental e no PIA anexado aos autos.

5 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, matrículas dos imóveis, PIA, mapa, CAR, taxas e respectivos comprovantes de pagamento e demais documentos pertinentes anexados aos autos do processo administrativo.

### II. Análise Jurídica:

6 - De acordo com as informações prestadas, o requerimento de intervenção ambiental é passível de autorização nos seguintes moldes: **supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 9,91ha e corte de 1 (uma) árvore isolada nativa**, uma vez que está de acordo com as legislações ambientais vigentes e conforme explanação contida no parecer técnico. Lembrando que a propriedade encontra-se no bioma cerrado com fitofisionomia de cerrado stricto sensu, fora de área prioritária para conservação da Biodiversidade e baixa vulnerabilidade natural, conforme análise do IDE e parecer técnico.

O Plano de Intervenção Ambiental (PIA) apresentado, bem como a vistoria técnica realizada in loco, atestam que a área total é de 9,91 ha, composta por vegetação nativa de cerrado, com uma fração de 0,1 ha de pastagem onde está localizado o exemplar arbóreo objeto do pedido de corte. Trata-se de solicitação de autorização para a supressão de **um indivíduo arbóreo da espécie ipê-amarelo (*Handroanthus albus*)**, localizado em área de pastagem de 0,1 ha. Ressalta-se que se trata de espécie protegida pela Lei Estadual nº 9.743/1988, cuja compensação deverá ocorrer mediante o plantio de mudas de espécies nativas, observando-se a proporção de 1:5, conforme exigido para o ipê-amarelo.

A área objeto de supressão encontra-se inserida na **zona de amortecimento de Unidade de Conservação desprovida de plano de manejo vigente**, sendo certo que a **Reserva Legal averbada no imóvel não inclui Área de Preservação Permanente (APP) em seu cômputo**.

Em razão da **localização do empreendimento na zona de amortecimento do Refúgio da Vida Silvestre dos Rios Tijuco e da Prata** e em estrita observância ao disposto no **artigo 5º da Resolução CONAMA nº 428, de 17 de dezembro de 2010**, foi promovida a devida **ciência ao órgão gestor da referida unidade de conservação**, conforme já registrado nos autos do presente processo administrativo.

Considerando que a área requerida para supressão é inferior a 10 ha, não foi exigido inventário florestal, conforme dispõem as diretrizes da Resolução Conjunta IEF/SEMAD nº 3.102/2021.

7 - Considerando que trata-se de requerimento de supressão inferior a 50ha será condicionado no parecer a apresentação do relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afastamento da fauna silvestre terrestre, nos moldes da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº. 3102/2021 e termo de referência constante no site oficial do IEF.

8 - Importante destacar que, de acordo com o que determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

9 – Ressalta-se que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal, e outras).

**III) Conclusão:**

10 - Ante ao exposto, considerando que o processo fora devidamente instruído e com respaldo no parecer técnico acostado nos autos, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, do ponto de vista jurídico, opina favoravelmente à autorização nos seguintes moldes: supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 9,91ha e corte de 1 (uma) árvore isolada nativa, desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas, se houver, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013) e, de acordo com determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, prorrogável uma única vez por igual período, conforme Decreto Estadual nº. 47.749/19, art. 7º.

Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

**Observações:**

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca e corte de árvores isoladas nativas vivas, com base nas informações técnicas prestadas. Assim, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

É o parecer, s.m.j.

**8.CONCLUSÃO**

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO INTEGRAL** de 9,91 HA de SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA DE CERRADO E DO CORTE DE 01 ÁRVORE (IPÊ AMARELO), localizada na propriedade Fazenda Campo Alegre LD Titan, sendo o material lenhoso proveniente desta intervenção destinado a comercialização *in natura*, uso interno na propriedade e incorporação ao solo dos produtos florestais *in natura*.

**9.MEDIDAS COMPENSATÓRIAS**

1. Executar o PTRF anexado ao processo com plantio de 05 mudas de ipê amarelo, como medida compensatória nos termos da Lei 9.743 de 1988. O PTRF será executado na Fazenda Campo Alegre LD Titan, matrículas 29.472 e 29.473 do CRI de Ituiutaba, em uma área de 0,01ha, na coordenada UTM 22K 637860(x); 7907608(y).
2. Apresentar relatórios anuais com anexos fotográficos do desenvolvimento do PTRF e replantios que forem necessários pelo período de 5 anos nos termos da Lei 9.743 de 1988, artigo 2º, § 3º e Decreto 47.749 de 2019.
3. Fazer os trabalhos de conservação de solo.
4. Evitar o uso de fogo na propriedade.
5. Fazer aceiro no entorno da Reserva Legal e APP para evitar queimada.

Fica indeferido a supressão de Pequi, Garapa e Ipê Amarelo caso ocorram na área de supressão conforme determinado pela lei nº 20.308/2012.

**9.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:**

*NÃO SE APLICA.*

**10.REPOSIÇÃO FLORESTAL**

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(X) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal NO VALOR DE R\$ 12.461,34 reais.

(.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

**11.CONDICIONANTE**

1 - Apresentar relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afastamento de fauna silvestre terrestre, de acordo com o disposto em termo de referência no site do IEF - Um mês após a supressão.

2 - Anexar CAR retificado conforme planta topográfica e nova averbação

## INSTÂNCIA DECISÓRIA

( ) COPAM / URC ( X ) SUPERVISÃO REGIONAL

## RESPONSÁVEIS PELO PARECER TÉCNICO

NOME: MAURO MOREIRA DE QUEIROZ

CPF: 044.984.666-08

Nome: JOSÉ MARIA CASTRO JÚNIOR

MASP: 1020806-4

## RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

NOME: Rosimeire Cristina Santos Ferreira

MASP: 1615396-7

OAB/MG 180.323



Documento assinado eletronicamente por **Rosimeire Cristina Santos Ferreira, Gerente**, em 17/07/2025, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Moreira de Queiroz, Gerente**, em 17/07/2025, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Maria Castro Júnior, Coordenador**, em 17/07/2025, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **115630369** e o código CRC **EC419F3E**.